

# A ponte pedonal sobre o Trancão devia chamar-se D. Manuel Clemente?

[leitor.expresso.pt/semanario/semanario2651/html/primeiro-caderno/a-abrir/duelo/a-ponte-pedonal-sobre-o-trancao-devia-chamar-se-d.-manuel-clemente-](http://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2651/html/primeiro-caderno/a-abrir/duelo/a-ponte-pedonal-sobre-o-trancao-devia-chamar-se-d.-manuel-clemente-)



## Duelo

A ponte pedonal sobre o Trancão devia chamar-se D. Manuel Clemente?

Depois de duas petições, o cardeal Manuel Clemente recusou ter o seu nome na ponte sobre o Trancão. Mas o assunto foi a polémica da semana



Ribeiro e Castro

SIM Dias antes da Jornada Mundial da Juventude (JMJ), a entrevistadora, mulher de renome e muita experiência, definia o entrevistado pelo Expresso: “Admirado pela humildade, cultivando a simplicidade e a proximidade, D. Manuel Clemente serviu a Igreja como sempre entendeu que deveria ser servida: atendendo à fidelidade, mas sabendo ler o que o tempo ia trazendo, compaginou sempre as duas dimensões.” É uma definição justa. Querer fritá-lo no ódio temporal é uma injustiça ignóbil e desprezo indigno da sua vida de serviço.

Por causa de Lisboa (com Loures) dar o nome do cardeal-patriarca à ponte pedonal no Campo da Graça da JMJ, li e ouvi uma senhora em fúria, em nome de uma petição contra, dizer à rádio que “D. Manuel Clemente não merece o ar que respira” e “só

merece ter o nome na sua campã”. Quem pode dizer isto? O ódio extremista e violento qualifica-se a si mesmo.

O tema dos abusos sexuais é forçado, mesmo com campanha bem montada. D. Manuel Clemente é dos bispos que mais trabalhou pela mudança da Igreja neste tema tão escandaloso e doloroso quanto, por isso mesmo, exigente. Aplicou as orientações do Papa Francisco na diocese e na Conferência Episcopal. Se compararmos o que acontecia há dez, cinco, três anos com o que é hoje, internamente e perante a justiça, a resposta institucional às denúncias, vemos a transformação enorme. A mudança fez-se com determinação, as últimas medidas já depois da Comissão Independente. Após a JMJ, o Papa disse aos jornalistas, no avião: “O processo na Igreja portuguesa está a andar bem e com seriedade. Estou informado do modo como correm as coisas.” Esta é a verdade substancial e objetiva, que não se confunde com salpicos na turbamulta.

Se a alguém especificamente devemos a JMJ em Lisboa é a D. Manuel Clemente

O nome da ponte não importa para nada, o bom nome do patriarca importa para tudo. D. Manuel Clemente é figura notável da Igreja e da cultura portuguesa, Prémio Pessoa em 2009. Teólogo e historiador, publicou dezenas de livros sobre cristianismo, história, Portugal, a Igreja, os portugueses, o pensamento. Teve vários cargos eclesiásticos, sem nunca deixar de ser um simples sacerdote. E é, digo eu, sob palavra de honra, homem bondoso, generoso e vertical. É ainda verdade que, se a alguém especificamente devemos a JMJ em Lisboa é a D. Manuel Clemente. Como bispo de Lisboa, juntou os sonhadores e chegou-se à frente, antes do anúncio em 2019, assegurando a congregação dos meios e obtendo o acordo de Roma e do Papa.

Foi em nosso nome que, no fim, ao lado do Tejo, o cardeal-patriarca de Lisboa agradeceu ao Papa ter feito “desta bela terra de Lisboa e de Portugal a terra de uma multidão provinda do mundo inteiro” e a Francisco “as vossas mensagens de estímulo, tão sugestivas e mobilizadoras”. Devemos agradecer ao patriarca ter-se lembrado de lançar a semana JMJ, tão única e extraordinária que ainda não se dissiparam a alegria, o entusiasmo, o ânimo, a maravilha e a emoção com que nos regou. Eu agradeço. Muito obrigado por nos ter trazido o Papa e a juventude do mundo.

Antigo deputado e dirigente do CDS



Tiago Rolino

NÃO Por várias razões e, em primeiro lugar, porque o anúncio surge a partir da Câmara Municipal de Lisboa (CML), em particular do seu presidente, ao arripio dos procedimentos legais e das regras elementares para a definição da toponímia na cidade. Não foi ouvida a Comissão Consultiva e o assunto não foi levado a reunião de Câmara. Foi uma ação de marketing, demonstrativa de mais um ajuste direto, e uma forma de Carlos Moedas cavalgar a onda da Jornada Mundial da Juventude, numa agenda de promoção pessoal e política, até dentro do PSD. Além disso, estamos a falar de um equipamento urbano que não foi feito para a JMJ e que foi pago com dinheiro público. A ponte pedonal e ciclável estava programada desde 2016.

Outro dos factos a ter em conta é a laicidade do Estado, que é essencial e que deveria ser suficiente para acautelar que não fosse escolhido o nome de uma pessoa do clero para a obra. Muita gente diz que o país é católico, mas a laicidade do Estado está consagrada no nº 1 do Artigo 4 da Lei da Liberdade Religiosa (16/2001, de 22 de junho), que diz, expressamente, que o Estado não adota qualquer religião. Há que ter ainda em conta que o ex-cardeal-patriarca foi mencionado como tendo alegadamente ocultado alguns casos de abuso sexual e, portanto, a escolha do seu nome para a ponte não podia ser feita à custa das mais de 4800 vítimas de abusos identificadas pela Comissão Independente.

Foi uma forma de Moedas cavalgar a onda da JMJ, numa agenda de promoção pessoal e política, até dentro do PSD

O resultado lógico destas componentes seria mobilizar a sociedade civil, através da petição que promovemos, para impedir que a ponte tivesse o nome de uma pessoa alegadamente envolvida neste encobrimento. Mas esta petição não é contra ninguém, nem a Igreja, nem o ex-cardeal-patriarca, nem Carlos Moedas. É pelo respeito mais elementar pelas vítimas referidas pela Comissão Independente e por todas as vítimas de abuso sexual por parte da Igreja Católica em Portugal e no mundo. Estas pessoas não foram vítimas só dos abusadores mas também do encobrimento das situações. A eficácia da petição já serviu para levar o ex-cardeal-patriarca a pedir que não fosse dado o seu nome à ponte, embora inicialmente tivesse aceitado, e serviu também para chamar a atenção para a gravidade dos abusos sexuais por parte da Igreja Católica. Em poucos dias, tivemos mais de 17 mil assinaturas. E com essa mobilização tão rápida percebemos que era mesmo uma causa justa. Foram recolhidas as 7500 assinaturas necessárias para levarmos a petição à discussão na Assembleia da República, o que tencionamos fazer, mesmo depois de o ex-cardeal-patriarca ter dito que queria o seu nome fora. Seria um desrespeito para os signatários e para as vítimas de abuso sexual não levar a petição à discussão na AR, até porque era uma boa forma de debater em plenário o caso dos abusos sexuais e fazer uma reflexão sobre o assunto. Outro dado importante é que, para já, apesar de o ex-cardeal-patriarca ter dito que queria o seu nome fora, o executivo da CML não voltou a pronunciar-se, portanto não é ainda certo o que irá acontecer.

Jurista e ativista

